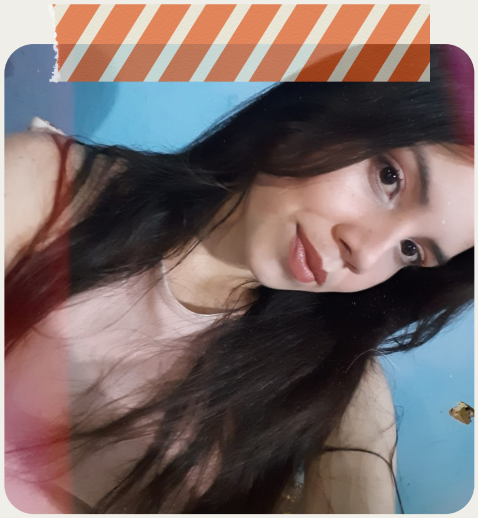
FOLHA PET DIGITAL
ABRIL DE 2021

POVOS QUILOMBOLAS:

Vulnerabilidades, lutas e resistências.

AUTORES DA EDIÇÃO:

MARCELO VICTOR
Petiano do curso de História

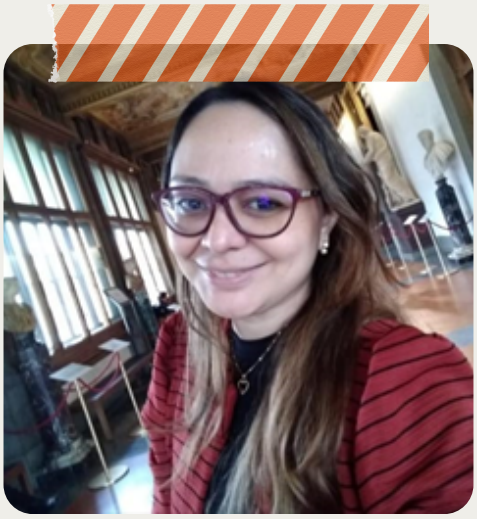


LUANA MOURA
Petiana do curso de História

RAFAEL FONSECA
Petiano do curso de Enfermagem

JESSICA CARVALHO
Petiana do curso de Enfermagem

ALICE MELO
Petiana do curso de Administração



ANA LARISSA
Tutora do PET Cidade, Saúde e Justiça

EDITORIAL

Nesta edição da Folha PET buscaremos evidenciar as principais pautas da luta quilombola na contemporaneidade, abordando as dificuldades enfrentadas no que tange à falta de políticas públicas, o preconceito racial e as carências relacionadas à saúde anterior e pós-pandemia. Finalizaremos essa edição com uma breve entrevista de um integrante da comunidade quilombola Potes, localizada em São João da Varjota – PI, na qual teremos a oportunidade de escutar a sua própria vivência sobre os pontos discutidos ao longo da Folha PET do mês de abril/2021.

Fonte: Google imagem

INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas surgem como forma de transgressão à ordem escravista, pois são consideradas o processo mais longo de resistência da escravidão, servindo como mecanismos de organização e luta do povo negro. Tais comunidades receberam o nome de *Mocambos*, termo de origem Africana significando: estrutura para erguer casas; só depois de algum tempo passaram a ser chamadas de *Quilombos* (acampamentos), por irem crescendo populacionalmente ao longo dos anos. Localizados nas regiões mais diversas do Brasil, os quilombos se organizavam em ambientes devidamente protegidos, servindo como táticas de sobrevivência e alerta contra a repressão dos capitães do mato. Como exemplo, podemos destacar a presença de quilombos em planaltos, cavernas, mangues, florestas, mas é importante ressaltar que essas estratégias de sobrevivência não anularam a troca e os acordos em relação à economia desenvolvida nas comunidades quilombolas, sendo estas importantes fatores de sobrevivência. Segundo Gomes (2015) esse aumento não resultou apenas da adesão dos fugitivos, mas sim do crescimento interno, ou seja, os nascidos nos próprios quilombos, nas gerações seguintes.

Desenvolvendo suas estruturas socioeconômicas sempre ligadas a fatores geográficos, demográficos e culturais, era difícil estabelecer apenas uma base econômica para essas comunidades. Dentre essa diversidade econômica, pode-se citar a farinha de mandioca, o fornecimento de lenha e a fabricação de cerâmica como importantes bases de trabalho. Outro fator de destaque é a cultura dos povos quilombolas, pois foi formada tanto por influências africanas quanto por reinvenções na diáspora. Entre elas: danças, costumes e a religiosidade englobam aspectos de grande importância e representatividade quilombola marcando trajetórias e vivências importantes ao longo da história.

Na contemporaneidade as comunidades quilombolas continuam representando espaços de luta e resistência. Abrindo importantes espaços de debate sobre reforma agrária, reconhecimento territorial e temáticas raciais. No Brasil, segundo estimativa da fundação palmares (2020), existem cerca de três mil duzentas e doze (3.212) comunidades certificadas com 1.2 milhões de habitantes. Infelizmente não existem dados oficiais sobre a população quilombola, o que acaba dificultando o reconhecimento e inviabilizando um acompanhamento efetivo desses povos.

RACISMO E EXCLUSÃO NO BRASIL

Fonte: Imagem retirada do site da CONAQ

Não é novidade que o racismo no Brasil é estrutural, isso porque ele é fruto do longo período colonial e do seu cruel sistema escravista que perdurou na história do Brasil por mais de 300 anos. O racismo, fruto das relações entre dominador e dominado, perpassou o tempo e se enraizou nas mais diferentes esferas da sociedade brasileira; política, econômica e social. Além disso, os indivíduos escravizados além dos maus tratos físicos sofridos nas fazendas tiveram que suportar os preconceitos e violências contra suas crenças, religiões e costumes. Por isso, os povos de origem africana sempre foram sistematicamente perseguidos por serem de origem negra e viver em um país que foi colonizado por brancos.

Junto a isso, a violência e a exclusão contra os povos remanescentes de quilombos atravessam os tempos e suas vivências, escancarando o racismo que estrutura as relações de poder na atual sociedade brasileira.

Segundo os dados presentes no livro: Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil (2018), só no ano de 2017 os assassinatos de quilombolas cresceram cerca de 350%. Essa belíssima obra que foi organizada pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras e Rurais Quilombolas (CONAQ), em parceria com o Coletivo de Assessoria Jurídica Joãozinho de Mangal e a Associação de Advogados de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais da Bahia (AATR), tem como objetivo principal apresentar a realidade de luta constante e invisibilidade que vivem as comunidades quilombolas no Brasil, no que se refere às políticas públicas, já que estas não chegam a esses sujeitos, ou se chegam, ainda é de maneira incompleta.

Nesse sentido, "o racismo, o classismo, o patriarcado-machismo, o imperialismo e o (neo)coloniaslimo fazem parte de uma ideologia assentada no capitalismo (neoliberalismo) que atravessa as democracias atacando suas instituições e fragilizando os grupos subalternizados". (ARAÚJO, SILVA, 2019, p. 205) Assim, mesmo com fim do sistema escravocrata e do período colonial, os preconceitos e discriminações permanecem enraizadas na nossa sociedade, uma vez que mesmo esses indivíduos continuaram e continuam a margem da população dita de "bem", pois não conseguimos identificar nenhuma reparação histórica, social ou econômica feita para o seu povo em todos esses anos.

O racismo e a exclusão desta maneira andam juntos e de mãos dadas. Pois o olhar que se estabelece sobre os quilombos brasileiros na sua grande maioria, ainda resulta de um “olhar branco” implantado pelos europeus, marcado de receio contra as pessoas que residem nesses espaços. E, além disso, forjando discursos que buscam legitimar a exclusão e o silenciamento desses povos, retirando os seus direitos à saúde, à educação e à cidadania. Esses pensamentos são responsáveis pela sustentação desses ideais que acabam reduzindo às comunidades remanescentes de quilombos a submissão de grandes empresas que tentam jogá-las ao esquecimento

Fonte: Google imagem

POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS AO POVO QUILOMBOLA

Entre os muitos avanços das comunidades quilombolas, estão o Programa Brasil Quilombola- PBQ, criado em 2004 com intuito de fortalecer as ações voltadas para essas comunidades, seguida da Agenda Social Quilombola instituída pelo Decreto 6261/2007. A Agenda foi dividida nos eixos de: Acesso À Terra; Infraestrutura e Qualidade de Vida; Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; Direitos e Cidadania. A gestão do PBQ é de responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas e Promoção para a Igualdade Racial (SEPPIR) formada por representantes dos congressos e organizações competentes.

O primeiro eixo trata da garantia, correto cadastro e legalização das propriedades. O segundo da assistência nas áreas de saúde, educação e infraestrutura que inclui saneamento, energia elétrica e vias de transporte. Já o terceiro eixo visa as questões econômicas e de manutenção financeira, levando em consideração a preservação da terra e a valorização da identidade. O quarto eixo trata da garantia de acesso aos direitos básicos, presentes na constituição e levando em consideração as questões que dificultam o acesso a essas comunidades.

Os avanços são muito importantes para a construção e garantia de melhorias de vida para a comunidade quilombola, entretanto, notam-se ainda lacunas no cumprimento dessas ações, as comunidades mais isoladas acabam ficando sem acesso ao saneamento básico e serviços de saúde, ou tem baixa qualidade nesses serviços, a terra também é um fator burocrático e a alimentação e renda são precárias.

Silva (2018) discorre sobre os avanços nas políticas públicas para essa comunidade e destaca que apesar da importância do PBQ ele ainda não contempla as particularidades de cada comunidade e que em 2013 o Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas, ainda trazia dados de que 74,73% das famílias quilombolas estavam abaixo da linha da extrema pobreza.

Ainda há muito por fazer, mas é certo que existe uma necessidade de investimento em todas as áreas de apoio às comunidades e atualmente acrescenta-se a isso a necessidade de inclusão digital e valorização de uma cultura essencial para a formação e história do país, além disso é preciso romper as barreiras do racismo, para assim diminuir as demais desigualdades ocasionadas por ele.

Fonte: Google imagem

PRECARIZAÇÃO NA SAÚDE DOS QUILOMBOLAS

As comunidades quilombolas lutam diariamente por uma série de questões socioeconômicas, espaciais e culturais que fazem parte da discussão sobre o que representa os quilombos contemporâneos e sobre a sua efetiva inserção na sociedade. Dentre essas diversas questões, é preciso ampliar a discussão do direito à saúde dessa população. A Constituição Federal de 1988 declara que a saúde é um direito de todos e um dever que deve ser garantido pelo Estado, porém, para toda a população brasileira isso ainda não se efetivou na prática (FREITAS, 2011).

Para o Ministério da Saúde, a política de inclusão da população quilombola iniciou-se, efetivamente, em 2004 com a Portaria n.º 1.434, de 14/7/2004, que criou um incentivo para a ampliação de equipes de estratégia da saúde para as comunidades quilombolas. Esse processo de inclusão tem continuidade em 2011, com a Portaria n° 2.866/2011, que institui a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), tendo como objetivo melhorar o nível de saúde das populações do campo e da floresta, por meio de ações e iniciativas que reconheçam as suas especificidades, objetivando o acesso aos serviços de saúde; a redução de riscos à saúde decorrentes dos processos de trabalho e das inovações tecnológicas agrícolas; e a melhoria dos indicadores de saúde e da sua qualidade de vida (BRASIL, 2013).

Apesar dessas políticas de saúde, infelizmente o que se observa na realidade das comunidades quilombolas está totalmente distante daquilo que está proposto. As condições sanitárias destas populações são insuficientes, a maior parte não possui água tratada e nem esgoto sanitário. Além disso, outra característica dessas comunidades é a ausência de serviços de saúde locais, fazendo com que, ao surgirem doenças, seus habitantes sejam obrigados a percorrer grandes distâncias em busca de ajuda. Todas estas questões acabam por aumentar o baixo índice de indicadores de saúde entre quilombolas (FREITAS, 2011).

Cardoso, Melo e Freitas (2018) em um estudo de revisão, apontam que existem diversas condições que corroboram para o aumento das iniquidades de saúde dessas comunidades. Dentre elas, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, por residirem em localidades rurais, e a oferta de uma assistência à saúde realizada de forma apenas pontual e curativista. Essas condições se agravam ainda mais quando associadas a frequente rotatividade dos profissionais das unidades básicas de saúde responsáveis por aquela área, a precária infraestrutura para atendimento e racismo institucional. Esses fatores são barreiras que promovem o aumento das desigualdades em saúde.

Com a atual pandemia, as dificuldades outrora existentes ganharam ainda mais força entre as comunidades quilombolas. Se antes era difícil com a rotatividade de profissionais ser fornecido acesso à saúde de qualidade a esse público, no presente momento isso tem sido ainda mais.

Como resposta à pandemia, em todo o país, as comunidades têm optado pelo auto isolamento e tem adotado barreiras sanitárias autônomas. As pessoas que precisam buscar alimentos, medicamentos ou levar parentes aos hospitais são orientadas a seguir as orientações sanitárias da OMS.

No entanto, a situação tem se agravado uma vez que a Atenção Primária sempre foi precária, havendo mínima cobertura da ESF Quilombola e sendo esporádica a presença de médicos na maioria das comunidades, onde há muitas pessoas com doenças crônicas como hipertensão, diabetes e doença falciforme, que precisam de acompanhamento regular. Essas pessoas estão no grupo de risco para COVID-19, o que aumenta sua chance de morrer ao ter que buscar serviços de saúde nas áreas urbanas (ABRASCO, 2020).

Nesse mesmo contexto, observam-se as dificuldades financeiras que também emergiram nessas comunidades para além das que já possivelmente enfrentavam. Muitas destas dependem da agricultura para sobreviver, ao passo em que não podem sair para vender seus produtos, acarretando em insegurança alimentar, já que grande parte não conseguiu o auxílio emergencial do governo federal. Em muitas áreas não há eletricidade, acesso a internet e as pessoas não têm smartphone, CPF e/ou são analfabetas, por esta razão, não conseguem fazer o cadastro para acessar os benefícios governamentais.

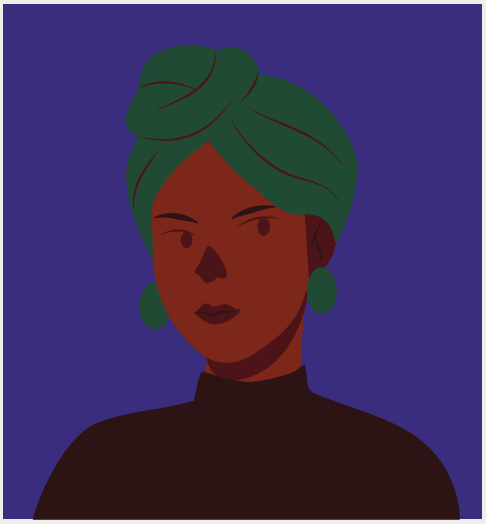
Outras, quando conseguem, não podem se deslocar até a cidade para buscar os recursos por falta de transporte, de dinheiro ou medo de contágio, o que as impede de acessar também toda a rede de proteção social, inclusive para denúncias de violência doméstica e abusos sexuais.

Além disso, a falta de dados e de políticas sociais antes e durante a pandemia mostram a vulnerabilidade das comunidades de descendentes de escravos no Brasil em relação à Covid-19. Em uma matéria publicada na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Givânia Silva, pesquisadora e militante que integra a Coordenação Nacional das Comunidades Negras Quilombolas (Conaq), declarou:"Em relação aos quilombolas, não há dado nenhum", referindo-se às informações sobre contaminação e morte por Covid-19 entre as populações negras que vivem nos mais de 400 territórios oficialmente reconhecidos como quilombos no país, e complementa dizendo: "A pergunta não é o que a pandemia trouxe mas como estavam os quilombos quando a pandemia chegou" (EPSJV/Fiocruz, 2020).

De todo modo, os dados do Observatório ajudam a dar visibilidade ao impacto da Covid-19 sobre essas populações: até 17 de outubro de 2020, 167 quilombolas tinham morrido pela doença, mais de 4,6 mil tinham sido contaminados e outros 1,2 mil estavam sendo monitorados. O estado com maior número de óbitos foi o Pará, totalizando 46 em comunidades espalhadas por 18 municípios. Os quilombos brasileiros, que ficam em áreas rurais, enfrentam outras carências, como a dificuldade de acesso à água e a produtos como álcool gel, por exemplo, sacrificam essa parcela da população negra tanto ou mais do que aquela que vive nas periferias das cidades, impedindo os cuidados de higienização necessários à proteção contra a Covid-19 (EPSJV/Fiocruz, 2020).

Foto retirada do portal "O corre diário". Vacinação quilombola

ENTREVISTA COM A LÍDER DA COMUNIDADE QUILOMBOLA - POTES (SÃO JOÃO DA VARJOTA - PIAUÍ)



Como você, enquanto líder da comunidade, avalia a assistência à saúde local?

Há muitas falhas a primeira é que há oito anos começaram construir uma unidade de saúde e até hoje não concluíram, tem mais de 5 anos que não tem médico na comunidade pra pegar ficha.

No posto da cidade tem que acordar 4 horas da manhã, não tem nenhuma política voltada para saúde da mulher, não tem pediatra, ginecologista e nem tem médico durante a noite.

Enquanto counidade remanescente de quilombo, qual a maior dificuldade enfrentada? Vocês passam por algum tipo exclusão na sociedade?

Por parte do município não se tem uma política voltada para comunidade. Ainda hoje enfrentamos preconceitos principalmente por parte das práticas religiosas que é a umbanda ou até mesmo de alguns costumes que são típicos nossos, o modo de nos vestirmos por exemplo. Entre outros, toda e qualquer política existente no quilombo é através da associação.

Você poderia falar um pouco como funciona a base econômica dentro da comunidade?

A principal economia da comunidade é o artesanato que é produzido por uma família de irmãs, sobrinhas, genros, esposas e esposos, porém ainda existem outras como a agricultura e a pecuária. As famílias que não trabalham na produção do artesanato tem outros meios, sacoleiros, motoristas e ainda tem a prática de abater suínos, bovinos e piscicultura para vender de porta em porta. A produção da agricultura é feita mais para consumo das famílias e dos animais.

PRODUÇÃO DE CERÂMICA QUILOMBO POTES. (FOTO RETIRADA DO SITE DA FACULDADE RSÁ)

QUILOMBO POTES - SÃO JOÃO DA VARJOTA. (FOTOS RETIRADAS DO SITE MOCHILEIRO TUXÁUA CULTURA)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual edição da Folha PET teve por objetivo evidenciar pautas históricas dos povos quilombolas, entendendo suas realidades enquanto comunidades formadas através do árduo período escravocrata pelo qual o Brasil passou. Entender esses povos remanescentes como comunidades que se organizam através de culturas, modos de vidas e costumes vindos da diáspora é abrir espaço para debatermos o silenciamento e exclusão que enfrentam diariamente. É necessário olharmos para as comunidades quilombolas como espaços de sociabilização e luta, necessitando de políticas sociais que os coloquem no centro do seu protagonismo. Apoio à cultura, saúde e assistência social são fatores básicos que devem estar presentes em seu dia a dia, juntamente com subsídios que alavanquem o reconhecimento / pertencimento da terra como garantia de vida e fortalecimento de suas organizações políticas e sociais.

REFERÊNCIAS

ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva. GT Racismo e Saúde. A situação dos quilombos do Brasil e o enfrentamento à pandemia da Covid-19 – Artigo de Hilton P. Silva e Givânia M. Silva. 2020. Disponível em: https://www.abrasco.org.br/site/gtracismoesaude/2020/09/22/a-situacao-dos-quilombos-do-brasil-e-o-enfrentamento-a-pandemia-da-covid-19-artigo-de-hilton-p-silva-e-givania-m-silva/. Acesso em: 18 abr. 2021.

ARAÚJO, Eduardo F. de. SILVA, Givânia Maria. Racismo e violência contra quilombos no Brasil. Confluências . Rio de Janeiro. v. 21, n.2, 2019. p, 198. Ibidem, p. 205.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. 1ª ed. Brasília – DF, 2013.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Programa Brasil Quilombola. Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas- DF, 2013.

CARDOSO, Clarissiane Serafim; MELO, Letícia Oliveira de; FREITAS, Daniel Antunes. Condições de saúde nas comunidades Quilombolas. Rev enferm UFPE on line., Recife, 12(4):1037-45, abr., 2018.

CONAQ, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas , e Terra de Direitos. 2018. Racismo e violência contra quilombos no Brasil. Disponível em: https:// terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/09-12_Racismo-e-Violencia-Quilombola_CONAQ_Terra-deDireitos_FN_REVISAO_Digital-(1).pdf. Acesso em: 30 abr. 2021.

DA SILVA, André Ricardo Fonseca. Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção. Politica e Trabalho, n. 48, p. 128, 2018.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO (EPSJV/Fiocruz). No meio da pandemia, tinha um quilombo. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/no-meio-da-pandemia-tinha-um-quilombo. Acesso em: 18 abr. 2021.

FREITAS, da et al. Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. Rev. CEFAC. 2011 Set-Out; 13(5):937-943.

GOMES, Flávio dos Santos. Mocambos e Quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil -1 ed, - São Paulo: Claro Enigma, 2015 (Coleção Agenda Brasileira).

REALIZAÇÃO:

PET - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL - PET CIDADE, SAÚDE E JUSTIÇA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - CSHNB

APOIO:

UFPI 1971

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

DIAGRAMAÇÃO:

Petiano do curso de História